

MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA**Autoridade Nacional de Proteção Civil****Despacho n.º 2504/2015**

Ao abrigo da alínea *d*) do n.º 1 do artigo 4.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, que aprovou, em anexo, a Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, torna-se pública a lista nominativa do pessoal que cessou funções nesta Autoridade Nacional, por motivos de aposentação, no período compreendido entre 1 de janeiro de 2014 e 31 de dezembro de 2014.

Nome	Categoria	Posição/nível remuneratório	Data da Aposentação
Silvina Rodrigues Mota Campos Pinheiro	Assistente Técnica	6.ª/11	01-01-2014
Mercedes Dâmaso dos Santos	Técnica Superior	9.ª/14 e 15	30-04-2014
Joaninha Maria Felicidade Costa Cabral	Assistente Técnica	7.ª/12 e 14	31-05-2014
Rosa Maria Martins Ferreira	Técnica Superior	2.ª/29	01-07-2014
Ana Maria Gonçalves da Silva	Técnica Superior	5.ª/28	31-11-2014

17 de fevereiro de 2015. — O Presidente, *Francisco Grave Pereira*, Major-General.

208454768

Serviço de Estrangeiros e Fronteiras**Despacho n.º 2505/2015**

I — Ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 9.º, da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, com as alterações introduzidas pelas Leis n.ºs 51/2005, de 30 de agosto e 64/2011, de 22 de dezembro, e no artigo 35.º do Código do Procedimento Administrativo, delego no Coordenador do Gabinete de Recursos Humanos, licenciado António José dos Santos Carvalho, os poderes necessários à prática dos seguintes atos:

- Autorizar a substituição temporária de pessoal de limpeza que presta trabalho em regime de tempo parcial;
- Assinar a correspondência ou expediente necessário à instrução e desenvolvimento dos processos que correm pelo Gabinete de Recursos Humanos.

II — Ratifico todos os atos praticados pelo Coordenador do Gabinete de Recursos Humanos, licenciado António José dos Santos Carvalho, desde o dia 18 de dezembro de 2014, que se enquadrem nos poderes ora delegados.

13 de fevereiro de 2015. — O Diretor Nacional, *António Beça Pereira*.

208452994

-Geral do Ministério da Economia, diretora dos serviços Jurídicos e de Contencioso da Secretaria-Geral do Ministério da Justiça, que reúne os requisitos legais exigidos para o provimento do cargo e é detentora de competência técnica e aptidão para o exercício de funções de direção, coordenação e controlo, conforme é demonstrado pela síntese curricular publicada em anexo ao presente despacho, dele fazendo parte integrante.

2 — A presente designação produz efeitos a partir do dia 1 de março de 2015.

6 de fevereiro de 2015. — O Secretário-Geral, *Carlos José de Sousa Mendes*.

Síntese Curricular**Dados pessoais:**

Nome: Maria da Trindade Mateus Raposo;
Data de Nascimento: 20 de janeiro de 1962;
Residência: Lisboa

Habilitações académicas:

Licenciatura em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, em 1987, com a classificação final de 13 (treze) valores.

Atividade profissional:

Técnica superior da Direção de Serviços Jurídicos e Contencioso da Secretaria-Geral do Ministério da Economia — SGMME (desde agosto de 2012);

Técnica Superior na Direção de Serviços Jurídicos e do Contencioso da Secretaria-Geral do Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações — SGMOPTC (desde maio de 1990 a agosto de 2012);

Inscrição na Ordem dos Advogados (de 1989 a 1994).

Participação em grupos de trabalho e outras atividades:

Representação e patrocínio do Ministério da Economia e do Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações nos processos de contencioso administrativo, em todas as áreas das respetivas intervenções, mediante a elaboração de peças processuais;

Consultadoria e assessoria jurídica aos membros do Governo, secretarias-gerais, serviços e organismos da prestação centralizada de serviços no âmbito do ME e do MOPTC, em especial, nas áreas de recursos humanos, contratação pública e das relações coletivas de trabalho;

Participação na elaboração de diversos projetos de regulamentos e de diplomas legislativos;

Membro de júris de seleção e recrutamento de pessoal;

Formação Interna em áreas jurídicas;

Participação na Comissão Permanente de Certificação para elaboração do projeto de decreto regulamentar sobre certificação;

Participação de Comissões Técnicas encarregadas de proceder aos estudos preparatórios de Portarias de Regulamentação de Trabalho (de 1990 a 1998);

Participação no Grupo de Trabalho para elaboração dos Relatórios de Aplicação da Carta Social Europeia em Portugal (1993 a 1998);

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA**Secretaria-Geral****Despacho n.º 2506/2015**

A atual diretora dos serviços Jurídicos e de Contencioso da Secretaria-Geral do Ministério da Justiça, licenciada Rita Maria Góis de Carvalho, cargo para o qual foi nomeada, em comissão de serviço, por despacho da secretária-geral do Ministério da Justiça n.º 15246/2013, de 15 de novembro de 2013, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 227, de 22 de novembro de 2013, requereu, ao abrigo e nos termos do disposto na alínea *i*) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro (Estatuto do Pessoal Dirigente), a cessação da respetiva comissão de serviço.

A referida cessação ocorrerá com efeitos a partir de 28 de fevereiro de 2015 (inclusive), tendo a licenciada Rita Maria Góis de Carvalho dado a sua anuência quanto a essa data.

Importa, assim, em virtude da situação de vacatura do referido lugar, designar novo titular desse cargo dirigente intermédio de 1.º grau, a fim de poder ser assegurado, em regime de substituição, o cumprimento das atribuições da mencionada unidade orgânica.

Assim, ao abrigo e nos termos do disposto nos artigos 11.º, 12.º, 20.º, n.º 1, e 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, com última redação dada pela Lei n.º 68/2013, de 29 de agosto:

1 — Designo, em substituição, a licenciada Maria da Trindade Mateus Raposo, técnica superior em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado do mapa de pessoal da Secretaria-